Capítulo 18

O Museu Nacional na Exposição Universal de Paris em 1889

Regina Maria Macedo Costa Dantas
Nadja Paraense dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

18.

O Museu Nacional na Exposição Universal de Paris em 1889

As “Festas do Progresso”

As Exposições Universais da segunda metade do século XIX são aqui analisadas como eventos que tiveram como objetivo festejar as conquistas da civilização e arrolar as realizações da indústria humana. Esses espetáculos tiveram início pela prática francesa de impulsionar, a cada cinco anos, uma exposição nacional a partir de 1798.

Outra tradição, iniciada em 1851 na Inglaterra, também desencadeou as mostras agrupando-as e proporcionando disputa de premiações a partir da exposição de atividades humanas (VAINFAS, 2002, p. 252)..

Com vistas aos estudos sobre a temática, algumas obras são referências para a análise sobre as grandes exposições, com este propósito, destacamos o livro do historiador francês, Pascal Ory (1989). A obra foi elaborada, dentre outras, motivada pela ideia de comemorar o bicentário da Exposição Universal de Paris em 1889, evento que acabou não acontecendo. (BARBUY, 1999, p. 23).

Ory, em seu primeiro capítulo intitulado Festa do Progresso, visando esclarecer o caráter universal das exposições, desenvolve abordagens contendo questões históricas, econômicas e políticas associadas aos produtos industriais e das belas artes. O mesmo autor esclarece que Londres foi o país pioneiro em adotar o livre comércio e também o primeiro a realizar uma exposição de caráter universal, em 1851, porém reforça que a exposição francesa “em 1889, se chamará mais precisamente exposição universal internacional”. (ORY, 1989, p. 9).

Cabe ressaltar que, a partir da Exposição de Londres, foram realizados outros eventos de caráter universal ao longo da segunda metade do século XIX: Paris, 1855; Londres, 1862; Paris, 1867; Viena, 1873; Filadélfia, 1876; Amsterdan, 1883; Antuérpia, 1885; Paris, 1889; Chicago, 1893 e Paris 1900.

A historiografia brasileira, em relação às Exposições Universais a partir dos anos 80 do século XX, vem apresentando pesquisas nessa temática envolvendo questões como o progresso, destacando a modernidade e, conseqüentemente, a industrialização.

Maria Margaret Lopes (2001, p. 181) apresenta, em sua discussão sobre as exposições em geral, o progresso aparecendo como ideal comum entre as nações participantes, porém a autora destaca as diferenças inconfundíveis de algumas nações participantes. Diante deste pressuposto, os povos eram tidos como iguais e suas características passavam a ter propósito a partir do mesmo ideal de progresso ou da busca pela "civilização":

E, se nesta escala comum constituída por valores tidos como universais tais como progresso e civilização, verificam-se algumas dissonâncias, estas são facilmente explicáveis pelo que era tido como seu ritmo mais lento de algumas nações em relação às demais, seu atraso, quase sempre relacionado discursivamente ao grau de barbárie definido por um padrão radicalmente etnocêntrico. (LOPES, 2001, p. 181).

As Grandes Exposições do século XIX podem ser consideradas como um empreendimento para a divulgação científica, equiparadas aos periódicos, aos congressos, aos museus, entre outros, "visando colocar a ciência ao alcance de todos." (HEIZER, 2001, p. 166).

As obras estudadas na pesquisa sobre as Exposições Universais versam sobre diferentes análises com enfoques específicos por países, com abordagens de distintas naturezas, como por exemplo, aspectos econômicos, políticos, arquitetônicos, culturais, museográficos, entre outros.

Em relação à historiografia brasileira, nos apropriamos da preciosa análise existente no primeiro capítulo da tese de Alda Heizer (2005) de título "Imagens do Progresso" (2005, p. 15-38). Para nossa pesquisa, utilizamos os autores elencados por Heizer que formam as referências nacionais sobre a temática.

Ao estudarmos a vasta bibliografia especializada nesses eventos chamados universais, identificamos uma discreta análise científica em

relação à participação brasileira, por isso, acreditamos ser necessária a realização de estudos sobre o envolvimento do Museu Nacional em um dos eventos universais destacando uma abordagem científica.

Nesse momento, vale sublinhar o interesse de Maria Amélia Dantes em fortalecer a relevância da História das Instituições para a historiografia das ciências no Brasil.

A história institucional, tradicionalmente inserida na linha externalista da História da Ciência tem recebido um destaque especial na nova historiografia, já que as formas organizacionais passaram a ser vistas como indissociáveis dos desenvolvimentos conceituais das ciências. [...] A história institucional brasileira está assim perfeitamente integrada às tendências historiográficas do momento. E as instituições imperiais têm recebido uma atenção especial. (DANTES, 2001, p. 230-231).

Para exemplificar o crescente interesse sobre as exposições como tema de pesquisa, identificamos a obra *International Exhibitions, Expositions Universelles and World's Fairs, 1851-2005: A Bibliography*, publicada em 2000, atualizada 2002 e completada 2006, apresentando o total de 1869 citações (livros, capítulos de livros, teses, artigos em periódicos) sobre as exposições realizadas em 24 países (GEPPERT, COFFEY, LAU, 2006, p. 33-41), um rico catálogo para pesquisas.

A Exposição Universal de Paris em 1889

Um dos trabalhos que nos auxilia a dar uma ideia da organização do evento francês é o *Rapport General, constituído de dez volumes* que tratam da Exposição de 1889. Seu autor, o engenheiro Alfred Picard, iniciou o primeiro volume com um histórico sumário sobre as exposições universais francesas de 1798 a 1849, com forte objetivo de contribuir para a história das exposições francesas. A publicação é uma fonte relevante para acompanhar desde os estudos preliminares iniciados em 1884 até a relação de receitas e despesas computadas em 1892.

O Decreto de 8 de novembro de 1884, registrado no *Rapport Général*, instituiu a exposição com antecedência de quase cinco anos :

Art.1 Uma Exposição Universal de produtos industriais será inaugurada em Paris em 5 de maio de 1889 e será encerrada em 31 de outubro do mesmo

ano. Art.2 Um decreto posterior determinará as condições em que será realizada a Exposição Universal, o regime em que serão colocadas as mercadorias expostas e os diversos gêneros de produtos suscetíveis de serem admitidos. Art. 3 O Ministro do Comércio é o responsável em executar o presente decreto. (RAPPORT GÉNÉRAL, 1889, p. 3).

O papel do Estado na exposição também é enfatizado no artigo de Xavier Ryckelynck (1989). O autor analisou a trajetória de Alfred Picard enfatizando o seu papel de funcionário do Estado francês e, apresentou, conseqüentemente, a intenção da máquina francesa em selecionar um engenheiro com credibilidade e competência para a organização das exposições universais (RYCKELYNCK, 1989, p. 26).

Madeleine Rebérioux já havia apontado a determinação do poder público em identificar perfis para atuarem como organizadores de toda a documentação oficial e da divulgação das exposições (REBÉRIOUX, 1979, p. 5-7 *Apud* BARBUY, 1999, p. 25).

Um trabalho que merece destaque em nossa pesquisa é a dissertação de Heloísa Barbuy (1999), pois apresenta sua abordagem da exposição como fenômeno visual. A partir de seus estudos, em especial, iconográficos, a autora proporciona em seus detalhes uma visão panorâmica da exposição francesa que nos auxilia de maneira determinante.

Para marcar arquitetonicamente o espetáculo do progresso de 1889, semelhante ao primeiro evento londrino (Palácio de Cristal em 1851), foi elaborada a construção de um símbolo somente para fortalecer o ideal de modernidade três anos antes do início do evento. Para isto, foi edificada a Torre Eiffel, construída pelo engenheiro francês Alexandre Gustave Eiffel.

Homem-símbolo de sua época, Eiffel foi o protótipo da audácia da engenharia da *fin de siècle* [do fim do século]. *Expert* [perito] na construção em ferro, trazia em seu *curriculum* diversas realizações que lhe haviam rendido notoriedade. Prestigiado pelo regime, a proposta de Eiffel foi a vencedora no concurso realizado pelo governo francês com o objetivo de erguer um monumento para a exposição do centenário. (LEMOINE, 1986 *apud* PESAVENTO, 1997, p. 184).

O local previsto para o certame tinha ao todo setenta hectares que incluíam o Palácio, o Jardim de Trocadero, *Quai d'Orsay*, *L'Avenue du Suffren*, *Ministère des Affaires Étrangères* e *L'Esplanades des Invalides* e o Campo de Marte tendo a torre como atração máxima (SCHWARCZ, 1998, p. 400). A Torre Eiffel virou o fetiche para os visitantes da mostra e, ao longo dos anos, dos visitantes de Paris (e isso acontece até os dias de hoje).

Heloisa Barbuy aborda os estudos de Anne Rasmussen (1992, *apud* BARBUY, 1999, p. 41-43) somados ao de Ory Pascal, sobre as classificações nas exposições como regulamentações aos expositores determinando divisões por classes e grupos, catalogando os produtos por categorias.

Tais classificações dizem respeito às categorias de produtos brutos e indústrias extrativas (como ferro e metalurgia), manufaturados (como tecidos, roupas e móveis), de indústrias em geral (como a mecânica, a elétrica), de obras de arte e a outras categorias de gênero, conforme as particularidades de cada exposição (a categoria de produtos agrícolas surge em 1867, a de atividades de ensino técnico, em 1878, a de "economia social", em 1889). [...] O que fica evidenciado no trabalho de Rasmussen é que mudam as formas de classificar, mas nunca se abandona o princípio da classificação [...] (BARBUY, 1999, p. 43)

As classificações foram sendo atualizadas a cada exposição e esses regulamentos eram distribuídos antecipadamente para os países participantes, o que os tornam preciosos para a análise das especificidades de cada evento.

A mostra francesa de 1889 contou com dez grupos incluindo o de Economia Social, assim divididos: Grupo I. Obras de Arte (classes 1-5); Grupo II. Educação e ensino, material e procedimentos das artes liberais (classes 6-16); Grupo III. Mobiliário e Acessórios (classes 17-29); Grupo IV. Tecidos, vestimentas e acessórios (classes 30-40); Grupo V. Indústrias Extrativas, produtos brutos e manufaturados (classes 41-47); Grupo VI. Aparelhagem e procedimentos das indústrias mecânicas, eletricidade (classes 48-66); Grupo VII. Produtos Alimentares (classes 67-73); Grupo VIII. Agricultura, vinicultura e piscicultura (classes 73-77); Grupo IX. Horticultura (classes 78-83) e Grupo de Economia Social (16 itens), este último grupo criado para a mostra francesa. (BARBUY, 1999, Anexo 2).

Heizer analisou o significado da Exposição de Paris de 1889, como uma das festas da República, e a inauguração da Torre Eiffel e da Galeria Monumental das Máquinas como símbolos que se tornaram a síntese do sucesso da civilização francesa. "Segundo os seus organizadores, esta síntese poderia ser traduzida pelo tripé república, Ciência e Técnica: os grandes protagonistas da festa." (HEIZER, 2005, p. 47).

O Museu Nacional na Exposição de Paris em 1889

Ao situarmos o Museu Nacional no contexto do Brasil, partimos da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil que marcou e transformou a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na capital da monarquia portuguesa. Como consequências, foram recriadas as principais instituições régias e fundados estabelecimentos, tais como: a Academia de Marinha; a da Artilharia e Fortificação; o Arquivo Militar; a Casa da Pólvora; o Teatro São João; a Imprensa Régia; o Jardim Botânico; a Academia de Belas-Artes; a Junta do Comércio; a Biblioteca Real, entre outros. O Rio de Janeiro converteu-se em um palco de um processo civilizatório que Maria Odila da S. Dias denominou "interiorização da metrópole" (VAINFAS, 2002, pp. 701-703). Nesse cenário, em 6 de junho de 1818, por decreto de d. João VI (1767-1826) e execução do ministro do Reino, Thomas Antonio de Villanova Portugal, foi criado o Museu Real – atual Museu Nacional.

Assim, o Museu Real foi criado para ser um Museu Metropolitano, como apontou Maria Margaret Lopes (LOPES, 1997, p. 47), um núcleo para o recebimento e catalogação das riquezas naturais das províncias brasileiras, que, por meio de intercâmbio com outras nações, foi enriquecido com coleções de âmbito universal.

Durante o período joanino, as coleções do Museu Real sofreram ampliações e, após a passagem do reino brasileiro para o império, com D. Pedro I e a devida orientação de seu ministro, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi intensificada uma política de estímulo aos viajantes naturalistas, para doarem ao Museu o resultado de suas coletas (artefatos e espécies dos diferentes locais do Brasil) (LACERDA, 1905, p. 12).

O Governo Imperial, no desempenho da exploração das riquezas naturais ainda desconhecidas, e posteriormente com D. Pedro II¹ no constante incentivo aos estudos científicos, fortaleceu o desenvolvimento das ciências no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX.

1 Sobre seus interesses e incentivos, ver publicação do Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 1977).

O Museu Nacional, com suas áreas do conhecimento – a antropologia, a botânica, a zoologia, a mineralogia e paleontologia – proporcionou a realização de estudos que contribuíram para o enriquecimento das ciências naturais, que, na segunda metade do século XIX, eram saudadas como as responsáveis pelo progresso do país.

O Brasil se fez representar nas “arenas pacíficas” a partir da segunda exposição universal realizada em Londres em 1862 e, durante o Segundo Reinado, a partir de 1861, foram realizadas mostras nacionais com vistas a preparar o país para a participação nas exposições universais. (VAINFAS, 2002, p. 252). Além disso, a instituição científica fez parte de algumas das chamadas Exposições Universais, como as de Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876), Antuérpia (1885) e Paris (1889), ao longo da segunda metade do século XIX.

Dentre as exposições citadas, a Exposição Universal realizada em Paris no ano de 1889, inaugurada em 5 de maio, despertou nosso interesse por ter se tratado de um evento comemorativo ao centenário da Revolução Francesa, idealizada para enaltecer a república, considerada dentre as exposições como a mais histórica, e por ter contado com a última participação do império brasileiro.

Para a realização da pesquisa está sendo necessário utilizar variadas fontes em diferentes instituições. Inclusive, no próprio Museu Nacional está guardado o maior acervo documental sobre a instituição e, para a realização da pesquisa, o acervo museográfico – os objetos que estão sendo selecionados e problematizados devido a participação do museu na mostra francesa.

Ainda em relação à pesquisa documental que está sendo realizada, o periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*² é o material mais completo para acompanhar a participação do Império do Brasil nas Exposições Universais da segunda metade do século XIX (HEIZER, 2005).

A partir da constatação da existência de dois espaços utilizados pelo Império brasileiro na exposição de 1889 – o *Pavilhão Brasileiro* e a *Casa Inca* – a pesquisa foi sendo direcionada para a participação do Museu Nacional nestes dois locais. A dissertação de Heloísa Barbuy (1999) foi imprescindível para o entendimento espacial da participação brasileira no certame.

2 Criado como órgão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional/SAIN em 1833 (WERNECK, 1979 apud HEIZER, 2005, p. 81).

A análise dos documentos existentes na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ, tais como ofícios, avisos, atas e os relatórios existentes, associados às narrativas detalhadas do periódico *Auxiliador da Indústria Nacional* (1888, 1889 e 1890) e o Catálogo da Exposição Universal de Paris em 1889, foi possível levantar um vasto material sobre a participação da instituição na exposição em questão.

Analizando as Atas do Conselho Deliberativo do museu, por exemplo, podemos acompanhar as solicitações de diárias e verbas para as despesas do Diretor Ladislau Netto durante os meses em que esteve na França para acompanhar a montagem do evento. O empenho de Ladislau em Paris foi tão expressivo e proporcionou a publicação de seu Relatório do ano de 1889, transformado em livro pela Librairie Ch. Delagrave (Netto, 1889).

Com vistas ao nosso estudo, realizamos articulação entre os objetos existentes nas coleções da instituição (incluindo a relação do material existentes no cofre da direção da instituição), somados às imagens fotográficas guardadas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e aos catálogos para a identificação dos objetos do Museu Nacional que participaram da exposição francesa.

Podemos adiantar que três categorias de objetos foram identificadas: antropologia (etnografia indígena), botânica e mineralogia. O procedimento seguinte foi analisar o material como artefatos científicos, identificando as respectivas pesquisas que estavam sendo realizadas na instituição.

No que diz respeito aos artefatos indígenas expostos na *Casa Inca* sob a coordenação de Ladislau Netto, a pesquisa aponta que parte do material foi utilizado em exposições anteriores (nacionais e estrangeiras), como por exemplo, a exposição antropológica de 1882 (realizada no Museu Nacional), a exposição da Antuérpia realizada em 1885 e a de Berlim em 1888.

Considerações Parciais

Na apresentação deste recorte da pesquisa, não coube apresentar a contextualização histórica que permeia o período estudado nem a determinação de sua delimitação temporal. O propósito foi refletir sobre o estudo que vem sendo realizado da participação do Museu Nacional na Exposição Universal de Paris em 1889, como instituição brasileira relevante para o desenvolvimento científico do Brasil na segunda metade do século XIX.

Nesta perspectiva, a articulação de ofícios, atas, correspondências, periódicos (relatórios, revistas e jornais), objetos que participaram da mostra, diplomas e medalhas de premiação, entre outros, estão nos auxiliando na apresentação do Museu Nacional como um núcleo de desenvolvimento de pesquisas científicas do país apresentadas naquele certame.

Para este desafio, acrescentamos a importância da utilização de catálogos e guias do evento como fontes que orientam a problematização dos objetos em exposições. A disposição e a determinação em identificar os objetos em diferentes documentos, e a busca nas coleções dos departamentos da instituição são atividades de investigação que selam o papel do pesquisador e fortalecem o ineditismo do presente trabalho.

O caminho que estamos percorrendo demonstra que o Museu Nacional, a partir de suas áreas do conhecimento e ao longo da segunda metade do século XIX, teve sua parcela de contribuição na realização de pesquisas e na representação do país nas exposições como lugares de ciências.

Referências bibliográficas

BARBUY, Heloísa. **A Exposição Universal de 1889 em Paris**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

DANTES, Maria Amélia. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In: **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. (orgs.) Alda Heizer & Antonio Augusto Passos Videira. Rio de Janeiro: Acces, 2001.

GEPPERT, Alexander C.T.; COFFEY, Jean and LAU, Tammy, ***International Exhibitions, Expositions Universelles and World's Fairs, 1851-2005***. Editions: Freie Universität Berlin, Germany; California State University, Fresno, USA, 2006.

HEIZER, Alda. Os Instrumentos Científicos e as Grandes Exposições do século XIX. In: **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. [org. Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira]. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HEIZER, Alda. **Observar o Céu e medir a Terra: Instrumentos Científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. São Paulo: 2005. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas.

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

_____. O local musealizado em Nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. [org. Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira]. Rio de Janeiro: Access, 2001.

NETTO, Ladislau. **Le Muséum National de Rio de Janeiro et son influence sur les Sciences Naturelles au Brésil**. Paris: Librairie. Ch. Delagrave, 1889.

ORY, PASCAL. **L'Expo Universelle, 1889. La memoire des siècle**. Paris: Editions Complexe, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **As exposições universais. Espetáculos da modernidade do século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RAPPORT GÉNÉRAL. Exposition Universelle Internationale de 1889. (org.) Alfred Picard. Paris: Imprimerie Nationale, 10 vol., 1889.

RYCKELYNCK, Xavier. Les hommes de l'Exposition Universelle de 1889: Le câs Alfred Picard. **Le Mouvement Social**. No. 149, Mise em Scène ET Vulgarisation: L'Exposition Universelle de 1889. Out-Dez 1989. P. 25-42.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)** / Ronaldo Vainfas (org). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.